Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

27/12/2013

comunicação
& informação

I N D I C E

1. JORNAL ATOS E FATOS
   1.1. PONTO FACULTATIVO / FERIADO..... 1 - 2
   1.2. PRESIDÊNCIA..... 3 - 4
   1.3. SEM ASSUNTO..... 5 - 6
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   2.1. PRESIDÊNCIA..... 7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 8 - 9
   3.2. CNJ..... 10 - 13
   3.3. DECISÕES..... 14 - 15
   3.4. EXECUÇÕES PENAIS..... 16 - 17
   3.5. PONTO FACULTATIVO / FERIADO..... 18
   3.6. PRESIDÊNCIA..... 19
   3.7. SEM ASSUNTO..... 20
4. JORNAL EXTRA
   4.1. PRESIDÊNCIA..... 21
5. JORNAL O DEBATE
   5.1. PRESIDÊNCIA..... 22
6. JORNAL O IMPARCIAL
   6.1. ASSESSORIA..... 23
   6.2. DECISÕES..... 24
   6.3. PRESIDÊNCIA..... 25 - 27
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. DECISÕES..... 28 - 29
   7.2. JUÍZES..... 30 - 32
   7.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO..... 33 - 34
   7.4. POSSE..... 35
   7.5. PRESIDÊNCIA..... 36
   7.6. PUBLICIDADE LEGAL..... 37 - 38

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Plantão Judiciário atende urgências DURANTE RECESSO FORENSE

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Plantão Judiciário atende urgências durante recesso forense

Desde o último dia 20, quando teve início o recesso forense das unidades judiciais da capital, todas as urgências estão sendo atendidas em regime de plantão. Na Comarca Ilha de São Luís, além da capital o plantão atende aos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. O recesso se estenderá até o dia 20 de janeiro, ficando os prazos processuais suspensos até esta data. Apesar do recesso, o trabalho administrativo continua funcionando normalmente, estando voltado para a organização interna, o que garante a continuidade dos serviços administrativos em todas as unidades.

A exemplo da Comarca da Ilha de São Luís, nas comarcas do interior o atendimento também é feito em regime de plantão, para os casos considerados urgentes.

O recesso forense na Justiça de 1º Grau atende ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Plantão - Funcionando no Fórum Desembargador Sarney Costa (Avenida Carlos Cunha, s/n°, Calhau), o plantão da Justiça dispõe de telefones celulares que permanecem com os juízes e secretários de plantão. O plantão conta ainda com o trabalho de oficiais de Justiça.

Para a área criminal os telefones são: (98) 8818-7951 (juiz) e 88027484 (secretário). Para a área cível, incluídas aí as ações de Juizados Especiais, os interessados podem ligar para os seguintes telefones: (98) 8811-3726 (juiz) e 8811-2153 (secretário). Os juízes auxiliares da capital Antonio Fernando dos Santos Machado e Lúcio Antonio Machado Vale respondem, respectivamente, pelos plantões criminal e cível até o dia 1º de janeiro.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nova gestão do Tribunal de Justiça vai priorizar o cidadão

Presidente do TJMA com juízes auxiliares

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, em reunião com juízes auxiliares da presidência, diretores e coordenadores, pediu o empenho de todos na melhoria dos serviços judiciários e no atendimento aos jurisdicionados. Ela recomendou a todos trabalhar em harmonia, de forma engajada, com foco nas principais metas da sua administração, já anunciadas no dia da sua posse, em 20 de dezembro. **PÁGINA 3**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nova gestão do Tribunal de Justiça vai priorizar o cidadão

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, em reunião com juízes auxiliares da presidência, diretores e coordenadores, pediu o empenho de todos na melhoria dos serviços judiciários e no atendimento aos jurisdicionados.

Ela recomendou a todos trabalhar em harmonia, de forma engajada, com foco nas principais metas da sua administração, já anunciadas no dia da sua posse, em 20 de dezembro.

"O foco principal da nossa gestão é a sociedade. Vamos aproximar a Justiça do cidadão, principalmente o que mora nas comunidades mais distantes", afirmou Cleonice Freire, informando que, para atingir esse objetivo, irá trabalhar para aparelhar a apoiar a Justiça do 1º grau, com atenção às comarcas e juizados especiais.

Presidente do TJMA com juízes auxiliares

De acordo com a magistrada, a infância e a juventude terão prioridade no biênio 2014/2015. "Vamos realizar um trabalho preventivo com as nossas crianças, a fim de evitar a marginalização e a criminalidade, e, no caso de incidência de algum delito, possibilitar a ressocialização", ressaltou.

A presidente do TJMA disse ainda que a informatização e a automação dos serviços receberá a atenção necessária, com vistas à celeridade processual e à implantação do processo judicial eletrônico.

Ao final do encontro, a desembargadora reafirmou que realizará reuniões mensais com todos os diretores, para acompanhamento das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados. Ela disse que o servidor também terá um momento próprio para ser ouvido.

Estavam presentes na reunião os juízes auxiliares da presidência, Nilo Ribeiro e José Ribamar Castro, os diretores Hebert Leite (Geral); Francisco Silva (Administrativo); Gardênia Baluz (Financeira); Denise Batista (judiciária); Celerita Dinorah (Ferj); Arnor Machado (Engenharia); Jorge Oliveira (Informática); Daniel Gedeon (Recursos Humanos); coronel Jeferson Teles (Gabinete Militar) e capitão Alexandre Magno (Segurança Institucional).

Participaram ainda do encontro Antonio Carlos de Oliveira (Chefe da Assessoria de Comunicação) Márcia Banhos (Chefe do Cerimonial), Cláudia Rocha (Coordenadora da Folha de Pagamento), e assessores da presidência.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O Legalismo expulsou a Justiça

A atitude de apego exagerado às formalidades legais, sem preocupação com a justiça, é uma herança do positivismo jurídico desenvolvido no século dezenove e que, por sua vez, foi uma aplicação degenerada de um preceito muito antigo, enunciado por Platão e desenvolvido por Aristóteles, segundo o qual "um governo de leis é melhor do que um governo de homens". Quando as revoluções burguesas dos séculos dezessete e dezoito enterraram o absolutismo, trouxeram a bandeira do legalismo, que foi exaltada como a garantia da justiça contra o arbítrio. Na obra consagrada de Montesquieu, Do Espírito das Leis, está presente a ideia de que todos os seres humanos estão sujeitos a leis, que são expressões da razão. Há uma lei política e uma lei civil, não sendo admissível um relacionamento humano fora da lei.

A lei sendo igual para todos e todos ficam subordinados à lei, deve ser o princípio da igualdade e a garantia da liberdade.

Entretanto, a lei de que falavam Montesquieu e os primeiros liberais era a lei natural numa concepção racional, entendida como "a relação necessária que deriva da natureza das coisas". E o que acabou prevalecendo foi a lei apenas formal, fabricada artificialmente pelos Legislativos, sem qualquer preocupação com a justiça, os direitos humanos fundamentais e os interesses sociais. Como bem expressou Jean Paul Sartre, "o Racionalismo expulsou Deus da Terra", devendo-se acrescentar que a subordinação das relações humanas exclusivamente à razão significou também a expulsão dos imperativos éticos. Entretanto, nem mesmo a subordinação à razão prevaleceu, tendo ocorrido durante o século dezenove uma deformação dessas concepções que, de algum modo, sujeitavam todos os seres humanos a regras objetivas, iguais para todos.

A expressão mais degenerada dessa deformação, que esconde o arbítrio de alguns homens atrás das máscara só aparentemente neutras das leis, é a corrupção grosseira de legisladores, que em troca de dinheiro e de vantagens pessoais vendem seu apoio a um projeto de lei. A ocorrência frequente desse vício ficou amplamente demonstrada durante as investigações realizadas no Brasil sobre a corrupção no governo Collor, que acabaram revelando a existência de ativas ramificações no Senado e na Câmara dos Deputados. Grandes empresári8os, que frequentemente aparecem na imprensa criticando o governo e fingindo-se indignados com a corrupção no setor público, costumam contribuir para a formação de fundos destinados a comprar o apoio de parlamentares para a aprovação de certos projetos de lei. E inúmeros registros na imprensa ou em obras de teoria e divulgação, baseados em fatos ocorridos em diferentes países, mostram que práticas semelhantes são adotadas em muitas partes do mundo. Como fica evidente, o juiz escravo da lei tem grande possibilidade de ser, na realidade, escravo dos compradores de leis.

> "A miséria, a ignorância e o fanatismo religioso são as três poderosas vigas de sustentação da casa da injustiça social. Enquanto não soubermos como destruí-las, estaremos sendo soterrados por esses dejetos sociais!"
>
> ***(Celso Coutinho)***

Esse legalismo formal, que afastou o direito da justiça, foi agravado na América Latina pela influência, ainda hoje muito forte, de Hans Kelsen, teórico nascido em Praga e que realizou seus estudos e desenvolveu suas teorias em Viena. É tão profunda a influência da obra de Kelsen no Brasil e em toda a América Latina, que vale a pena fazer algumas considerações sobre sua contribuição ao direito, sobretudo porque, com muita frequência, o que se utiliza é uma versão panfletária de seu pensamento, havendo muitos que se afirmam "kelsinianos" sem nunca terem lido um só de seus livros ou, então, utilizando a versão difundida por juristas que encontraram, em parte da obra do eminente teórico, um bom estudo para a sustentação de posições formalistas antidemocráticas e contrárias à ética e à justiça.

Tendo adquirido grande prestígio no Império Austro-Húngaro, após a Primeira Guerra Mundial, Hans Kelsen exerceu influência política e deu contribuição muito importante para que a Constituição penetrasse no mundo jurídico, com a mesma força com que existia no mundo político. Prosseguindo na linha desenvolvida por vários juristas alemães, que procuraram enquadrar juridicamente as ações do governo e da administração pública – do que resultou a Teoria Geral do Estado, de Georg Jellinek – Hans Kelsen desenvolveu uma teoria constitucional tendo por base a Constituição como lei fundamental e suprema do Estado. E complementando essa teorização preocupou-se com a efetiva aplicação das normas constitucionais como superiores e condicionantes de toda a legislação. A contribuição político-jurídica de Kelsen completou-se com sua influência para a criação e a fixação das

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

competências de uma Corte Constituci8onal. Inúmeros autores tratam desse aspecto da obra de Kelsen, como, por exemplo, Rudolf Machacek, em seu, livro Austrian Contribution to the Rule of Law (Ed. N. P. Engel, Arlington, 1994).

Entretanto, apesara da importância dessa contribuição, o que se divulgou na América Lastina, inclusive no Brasil, foi sua concepção "normativista" do direito, defendida e aplicada de modo apaixonado por juristas e professionais do direito, muito dos quais se revelaram mais radiciais do que o autor da teoria. De qualquer modo, criou-se e ainda se mantém um "kelsenismo" que exerceu e continua exercendo grande influência, razão pela qual é importante conhecê-lo.

Pretendo "purificar" o pensamento jurídico e livrá-lo das antigas especulações filosóficas abstratas, bem como da influência então crescente da sociologia, Kelsen construiu uma "teoria pura do direito", ou teoria normativa, que afastou os fundamentos filosóficos e sociais e reduziu o direito a uma simples forma, que aceita qualquer conteúdo. Esse aspecto é contraditório na obra de Kelsen, pois em sua teoria o fundamento primeiro do direito é uma "norma fundamental hipotética", que, segundo ele próprio, poderia ser a ideia de justiça. A partir daí se definem regras básicas para a sociedade, que compõem uma "constituição própria", a qual, por sua vez, será o fundamento da "constituição positiva", que deve ser formalmente declarada e aprovada. O que não estiver nela ou for contra ele não existe para o direito e, por consequência, todo o direito se resume ao direito positivo.

Para os adeptos dessa linha de pensamento o direito se restringe ao conjunto de regras formalmente postas pelo Estado, seja qual for seu conteúdo, resumindo-se nisso o chamado positivismo jurídico que tem sido praticado em vários países europeus e em toda a América Latina. Desse modo a procura do justo foi eliminada e o que sobre foi um apanhado de normas técnico-formais, que, sob a aparência de rigor científico, reduziu o direito a uma superficialidade mesquinha. Essa concepção do direito é conveniente para quem prefere ter a consciência anestesiada e não se angustiar com a questão da justiça, ou então para o profissional do direito que não quer assumir responsabilidades e riscos e procura ocultar-se sob a capa de uma aparente neutralidade política. Os normativistas não precisam ser justos, embora muitos deles sejam juízes.

> "Pela liberdade, assim como pela honra, pode-se e deve-se arriscar-se até a vida."
> ***(Miguel de Cervantes)***

Aí está a primeira grande reforma que se faz necessária, pois, de fato, a adesão ao positivismo jurídica significa a eliminação da ética, como pressuposto do direito ou integrante dele. E a partir daí a assunção da condição de juiz, a ascensão na carreira judiciária, a indiferença perante as injustiças sociais, a acomodação no relacionamento com os poderosos de qualquer espécie, o gozo de privilégios, a busca de prestígio social através do aparato, a participação no jogo político-partidiário mascarada de respeitável neutralidade, tudo isso fica livre de barreiras éticas e de responsabilidade social. É por esse caminho que os Tribunais de Justiça se reduzem a Tribunais de Legalidade e a magistratura perde a grandeza que lhe seria inerente se os juízes realmente dedicassem sua vida a promover justiça.

É indispensável essa reforma de mentalidade para que o sistema judiciário não seja, como denunciou Marcel Camus, 'uma forma legal de promover injustiças". O excesso de apego à legalidade formal pretende, consciente ou inconscientemente, que as pessoas sirvam à lei, invertendo a proposição razoável e lógica, segundo a qual as leis são instrumentos da Humanidade e como tais devem basear-se na realidade social e serem conforme a esta. Do mesmo modo, a valorização exagerada de autores e doutrinas, característica de uma das expressões do racionalismo do século dezenove denominada "dogmatismo", induz à contradição semelhante, pois pretende que a pessoa humana se adapte à racionalidade intelectual, mesmo que isso representa uma agressão às pessoas reais e concretas. Ao contrário dessas distorções, os juízes e todo o aparato judiciário devem atuar visando proteger e beneficiar a pessoa humana, procurando assegurar a justiça nas relações entre as pessoas e os grupos sociais.

> "A Constituição Federal, a meu ver num rasgo demagógico, permitiu a greve de servidores públicos. A greve não tem nenhuma eficácia e só prejudica aqueles que dependem do Serviço Público".
> ***(Luiz Fux – Ministro do Supremo Tribunal Federal. Revista IstoÉ – 11 de Dezembro de 2013 – Pág. 38)***

****Dalmo de Abreu Dallari, Professor da USP (extraído, com autorização, do livro "O Poder dos Juízes", ed. Saraiva)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nova gestão do TJMA terá foco no cidadão

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, em reunião com juízes auxiliares da presidência, diretores e coordenadores, pediu o empenho de todos na melhoria dos serviços judiciários e no atendimento aos jurisdicionados.

Ela recomendou a todos a trabalhar em harmonia, de forma engajada, com foco nas principais metas da sua administração, já anunciadas no dia da sua posse, em 20 de dezembro.

"O foco principal da nossa gestão é a sociedade. Vamos aproximar a Justiça do cidadão, principalmente o que mora nas comunidades mais distantes", afirmou Cleonice Freire, informando que, para atingir esse objetivo, irá trabalhar para aparelhar a apoiar a Justiça do 1º grau, com atenção às comarcas e juizados especiais.

De acordo com a magistrada, a infância e a juventude terão prioridade no biênio 2014/2015. "Vamos realizar um trabalho preventivo com as nossas crianças, a fim de evitar a marginalização e a criminalidade, e, no caso de incidência de algum delito, possibilitar a ressocialização", ressaltou.

A presidente do TJMA disse ainda que a informatização e a automação dos serviços receberá a atenção necessária, com vistas à celeridade processual e à implantação do processo judicial eletrônico.

Ao final do encontro, a desembargadora reafirmou que realizará reuniões mensais com todos os diretores, para acompanhamento das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados. Ela disse que o servidor também terá um momento próprio para ser ouvido.

Estavam presentes na reunião os juízes auxiliares da presidência, Nilo Ribeiro e José Ribamar Castro, os diretores Hebert Leite (Geral); Francisco Silva (Administrativo); Gardênia Baluz (Financeira); Denise Batista (judiciária); Celerita Dinorah (Ferj); Arnor Machado (Engenharia); Jorge Oliveira (Informática); Daniel Gedeon (Recursos Humanos); coronel Jeferson Teles (Gabinete Militar) e capitão Alexandre Magno (Segurança Institucional).

Participaram ainda do encontro Antonio Carlos de Oliveira (Chefe da Assessoria de Comunicação) Márcia Banhos (Chefe do Cerimonial), Cláudia Rocha (Coordenadora da Folha de Pagamento), e assessores da presidência.

Cleonice recomendou a todos trabalhar em harmonia

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CGJ faz casamentos comunitários que movimentam comarcas no MA

Projeto desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça uniu este mês mais de 700 casais em diferentes municípios de várias regiões

Cerimônias de casamento comunitário realizadas ao longo do mês movimentaram as comarcas de Lago da Pedra (e termo judiciário Lago dos Rodrigues), Santa Inês, Codó e Santa Luzia do Paruá. O corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, compareceu aos eventos (exceção para a cerimônia realizada em Lago dos Rodrigues), que mobilizaram magistrados de outras unidades para auxiliar nas cerimônias.

Sob o comando da juíza Marilse Carvalho Medeiros, titular de Lago da Pedra, o casamento em Lago dos Rodrigues reuniu 62 casais no dia 9, no Ginásio Poliesportivo da Praça Central, no município. Em Lago da Pedra, o casamento comunitário promovido na sede da comarca reuniu 54 casais que oficializaram a união no dia 11, no Centro Cultural Souzinha Catingueiro.

Prestigiado pelo corregedor, o casamento contou com a participação dos juízes Alessandro Bandeira Figueredo (1ª Vara de Lago da Pedra) e Sheila Cunha (Paulo Ramos), que auxiliaram na celebração. Outros casamentos comunitários estão previstos na comarca para fevereiro, em Lago do Junco e Lagoa Grande, termos de Lago da Pedra.

Ainda no dia 11, em casamento comunitário promovido pela 3ª Vara da Comarca de Santa Inês, 185 dos 191 casais inscritos oficializaram a união na cerimônia realizada no Ginásio de Esportes João Caminha (Parque da Raposa), no município. O corregedor Cleones Cunha se fez presente à cerimônia.

Codó - No dia 17, 551 casais disseram "sim" no casamento comunitário realizado na Comarca de Codó. A cerimônia contou com a presença do corregedor-geral de Justiça desembargador Cleones Cunha, em sua última participação no projeto e última viagem na sua gestão à frente da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

A cerimônia foi organizada pela 3ª Vara de Codó, com o

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

juiz auxiliar da capital respondendo pela unidade, Cândido Oliveira, no Ginásio Poliesportivo Carlos Fernando.

Representando todos os casais, Olavo Bilac e Marize Andrade, o casal mais idoso, confirmaram o desejo de oficializarem a união ao terem o casamento celebrado em destaque pelo juiz Rogério Rondon. "Estou realizando um sonho de toda a minha vida", disse a noiva. Quem também teve sua celebração feita especialmente à frente dos demais casais foram Erico da Conceição dos Santos Filho e Fernanda Oliveira, o casal mais jovem.

Após todos os casais confirmarem sua união perante a Justiça, foram sorteados presentes doados por empresários, comerciantes e servidores do Judiciário.

Divulgação

Casamento em Santa Luzia do Paruá reuniu mais de 200 casais

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sejap nega casos de estupro no sistema prisional

Secretário Sebastião Uchôa diz que não há registros de violência sexual contra mulheres, como denunciado pelo CNJ. Em nota, governo do Estado garante R$ 131 milhões para o sistema. **Polícia 6**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Uchôa contesta denúncia do CNJ sobre os estupros em Pedrinhas

Secretário da Sejap diz que não há registro sobre casos de violência contra mulheres ou irmãos dos detentos no Complexo Penitenciário, denunciados pelos juiz Douglas Martins; Corregedoria foi acionada para averiguar os fatos

Saulo Maclean
Da equipe de **O Estado**

Em entrevista ao repórter Marcial Lima (**Mirante AM**), Sebastião Uchôa também falou de uma a denúncia feita essa semana pelo juiz Douglas Martins, auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre "uma sequência de estupros de mulheres e irmãs de presos, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, ordenada por líderes de facções criminosas, em troca de proteção para detentos ameaçados de morte, ou perdão de dívidas". Segundo o titular da Sejap, não há registrado de casos de violência sexual contra mulheres, nos presídios da capital.

"Fui surpreendido com a denúncia feita pelo juiz Douglas Martins, pois não fui procurado pelo magistrado para falar sobre o assunto. Estranhei profundamente a denúncia, pois existe

Arquivo

Secretário Sebastião Uchôa determina apuração da denúncia sobre violência contra familiares de presos

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

uma preocupação muito grande em proteger as famílias dos apenados durante as visitas. O nosso objetivo é harmonizar, manter uma boa relação entre as famílias e os presos. Para isso, foram colocados bancos de cimento dentro do bloco para que haja um ambiente reservado e de descontração; e também um cadastro no sentido de organizar esses encontros, em que a prioridade é o grau de parentesco", disse Sebastião Uchôa.

A denúncia foi destaque no Jornal Nacional (Rede Globo), depois que a mãe de um dos detentos, que teria sido submetido ao suposto constrangimento de "ceder a esposa", concordou em dar uma entrevista à TV Globo, sob a condição de não ser identificada. Em depoimento, a mulher afirmou que quando a nora vai ao presídio, e é entregue aos chefões do tráfico, o filho tem segurança garantida, porém, quando ela não comparece, o marido entra em desespero, temendo morrer. Sobre o assunto, Uchôa foi categórico.

"Não permitiremos, jamais, a promiscuidade no presídio. Mesmo assim, iremos apurar as denúncias e a Corregedoria já foi acionada no sentido de averiguar o fato. Iremos conversar com familiares e apenados, que disseram serem vítimas. E se constatado o constrangimento por parte das famílias dos presos dentro das unidades prisionais, iremos agir com rigor e punir os envolvidos. Jamais permitiremos promiscuidade nos presídios, pois existe um código de honra a ser cumprido", frisou o titular da Sejap.

Arquivo

Juiz Douglas Martins, auxiliar da presidência do CNJ, foi quem denunciou crimes de estupro em Pedrinhas

PCM nega, via e-mail, crimes

Após as denúncias divulgadas por **O Estado** e veiculadas nas edições de ontem do JMTV 2ª edição e Jornal Nacional de possíveis estupros no sistema prisional do Maranhão envolvendo mulheres de detentos, um suposto membro do Primeiro Comando do Maranhão (PCM) solicitou o endereço eletrônico da editoria de Policia e encaminhou a **O Estado** e-mail no qual se pronunciou sobre o assunto. A facção negou qualquer participação nos crimes, envolvimento com drogas e também garantiu que não há nenhuma discriminação entre presos da capital maranhense e do interior do estado.

Segundo a nota: "[sic] q no nosso meio pcm não aceita nem o crack e nem a cocaina e tampouco nunk vamos aceita esse tipo de situacoes", diz. Ainda de acordo com a nota, "[sic] E queremos deixa bem claro de onde estar vindo as desnuncia e do presidio sao luis 2 onde nao temos em um integrante da familia pcm".

A nota diz ainda que " [sic] a familia pcm nao tem nem um tipo de descriminacao contra preso da capital e do interior e nem de outro estado". Por fim, a direção do PCM faz referência ao juiz titular da 1ª Vara de Execuções Penais da capital maranhense, Roberto de Paula. "Queremos agradecer o trabalho do juiz da vara de execusao penal dr roberto de poula", finalizou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Governo garante recursos ao Sistema Penitenciário

Em nota, o Governo do Maranhão garantiu ontem a aplicação de R$ 131 milhões em recursos para a construção e reaparelhamento do sistema prisional do estado. Em pelo menos sete municípios, novos presídios serão construídos. Sobre possíveis dispensas de licitação relacionadas à construção de unidades prisionais, o Governo do Estado informou que os serviços são feitos "dentro da legalidade, com o planejamento e o cuidado que a questão requer". Por fim, a governadora Roseana Sarney determinou a criação de uma comissão de investigação que está apurando todas as denúncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça e que os fatos ocorridos nos últimos dias no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (especialmente relacionados às mortes de detentos) serão esclarecidos.

Leia abaixo na íntegra a nota do Governo do Maranhão

O Governo do Maranhão esclarece que o Programa Viva Maranhão tem recursos no valor de R$ 131 milhões para investimento na construção e reaparelhamento do Sistema Penitenciário nas 32 unidades prisionais do estado. Com esse valor, as unidades receberão armamentos, portais detectores de metal, esteiras de Raio-X, estações de rádio, coletes, algemas e veículos.

O sistema prisional terá o reforço de 7 (sete) novos presídios nos municípios de Pinheiro, Brejo, Santa Inês, Timon, São Luís, Riachão e Coroatá.

Outros dois presídios, com recursos do DEPEN-MJ, nos municípios de Imperatriz e São Luís Gonzaga, estão com aproximadamente 80% dos serviços concluídos.

Em Balsas, Pedreiras, Açailândia, Coroatá e Codó, as unidades prisionais tiveram recursos do Tesouro Estadual destinados para a reforma e ampliação. Nessas unidades, os processos estão em fase de expedição de documentação fundiária e de licença ambiental para a realização de processo licitatório. O Centro de Detenção de Pedrinhas (Cadet) tem 80% da obra já concluída.

Dispensa de Licitação - Sobre Dispensa de Licitação, o Governo esclarece que a construção dos presídios é parte de um projeto de reaparelhamento do sistema carcerário do Maranhão, feito dentro da legalidade, com o planejamento e o cuidado que a questão requer.

A decretação do caráter emergencial, pelo prazo de 180 dias, tem o objetivo de dar agilidade a essa ação de reaparelhamento e modernização do sistema prisional maranhense.

O convênio celebrado com o governo federal, para a construção dos presídios nas cidades de Pinheiro e Santa Inês, no valor de R$ 4.649.111,37 (quatro milhões seiscentos e quarenta e nove mil cento e onze reais e trinta e sete centavos) é de 2004 (governo José Reinaldo), e repactuado em 2007 (governo Jackson Lago). Como o Ministério da Justiça não aceitou o valor orçado e o sistema de construção para os referidos presídios, o governo devolveu o valor de R$ 6.344.821,63 (seis milhões trezentos e quarenta e quatro mil oitocentos e vinte e um reais e sessenta e três centavos) em julho de 2012.

Medidas - A governadora Roseana Sarney determinou a criação de uma Comissão de Investigação que está apurando todas as denúncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça. Inquéritos policiais foram instaurados e estão sob sigilo, para apurar os fatos ocorridos em Pedrinhas nos últimos meses.

O Governo reitera que sempre agiu em conjunto com todos os setores que promovem a garantia da Justiça, segurança e dos direitos humanos, e que o agravamento da situação no Sistema Penitenciário ocorreu depois que foram tomadas medidas saneadoras, como a reestruturação das unidades prisionais, a mudança de comando nas Polícias Civil e Militar e na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado (Sejap).

Por fim, o Governo reafirma o propósito de adotar todas as medidas necessárias para devolver à normalidade o sistema prisional do estado, assegurando os direitos e a integridade de seus usuários. Prova disso são os investimentos anteriormente realizados, a despeito de tantas outras prioridades que exigem a atenção governamental.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Táxis-lotação entram com recurso no STJ para manter serviço

Coopettaib tenta derrubar proibição da exploração do serviço. Regulamentação não é garantido por nenhuma legislação, afirma a Prefeitura em nota. **Cidades 2**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Cooperativa de táxis-lotação entra com recurso na Justiça para atuar

Segundo cooperados, Código de Trânsito Brasileiro prevê veículos de aluguel

Flora Dolores

Em parada improvisada no Anel Viário, táxis-lotação aguardam passageiros da área Itaqui-Bacanga

A Cooperativa de Táxi e Transporte da Área Itaqui-Bacanga (Coopetaib) entrou com um recurso junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tentar derrubar a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, que proibiu a exploração do serviço de táxi-lotação na região. Os cooperados se firmam no artigo 107 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que prevê veículos de aluguel destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros, desde que satisfaçam as exigências, tanto do CTB, quanto do poder competente, no caso a Prefeitura.

Na semana passada, após os motoristas terem bloqueado por mais de cinco horas a Avenida dos Portugueses, a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), resolveu se reunir com a liderança da Coopetaib para definir qual a solução a ser dada para o impasse. Uma nova reunião já está marcada para 6 de janeiro, com o intuito de analisar o problema, contudo, sem promessa de que o serviço seja regularizado.

"O serviço de táxi-lotação não é oficialmente garantido por nenhuma legislação. Em São Luís, o que há em maior escala transportando passageiros para a área Itaqui-Bacanga é o transporte clandestino, feito por carros particulares [placas cinza]. Portanto, não está em vista a regulamentação", afirmou uma nota emitida ontem pela Prefeitura.

Decisão judicial - Os motoristas cooperados da Coopetaib garantiram o direito de exercer o serviço de táxi-lotação em março, após liminar concedida pelo juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos. No começo deste mês, no entanto, a liminar foi cassada, em sessão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão. De acordo com a desembargadora Nelma Sarney, relatora do processo, os veículos só podem voltar a rodar se forem regulamentados pela Prefeitura, já que se trata de uma concessão pública que deve seguir todos os trâmites administrativos e judiciais, incluindo a abertura de licitação.

O que diz a lei

Artigo 107, do Código de Trânsito Brasileiro - Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros, deverão satisfazer, além das exigências previstas neste Código, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos pelo poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração dessa atividade.

> "A Prefeitura tem de fazer algo para normatizar, e então vamos nos adequar para poder trabalharmos corretamente. Por enquanto, vamos continuar trabalhando, porque é a população que pede"
>
> **Wanderlan Pinto,** presidente da Coopetaib

Durante a reunião da semana passada, o superintendente de Trânsito da SMTT, Gilberto Sátiro, afirmou que o trabalho realizado pela Coopetaib está bem organizado, e que a secretaria sabe que a comunidade apoia o serviço, pois ele foi criado em cima de uma necessidade recorrente na região. Por isso, a cooperativa teria ampla participação no processo de organização e análise da regulamentação desse tipo de transporte. Enquanto isso, os carrinhos, como a população os apelidou, seguem funcionando normalmente.

"A Prefeitura tem de fazer algo para normatizar, e então vamos nos adequar para poder trabalharmos corretamente. Por enquanto, vamos continuar trabalhando, porque é a população que pede", finalizou Wanderlan Pinto, presidente da Coopetaib.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Presos pulam muro de 3 metros e fogem da UPR

Quatorze dos 16 presos que pretendiam fugir na noite de Natal desistiram ao perceber a altura do muro de proteção

Dois presos fugiram da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR), no bairro Olho d'Água, na noite de quarta-feira (25). Eles serraram as grades de uma das celas do presídio. Segundo a Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), outros 14 detentos também tentaram fugir da unidade prisional, mas ao contrário da dupla, não conseguiram pular o muro de mais de três metros de altura.

"Eram 16 presos alojados no Pavilhão I. Por volta das 19h, eles serraram as grades e saíram para o pátio, onde se depararam com o muro. Por ser alto e ter uma cerca elétrica, a estrutura impediu que a maioria dos detentos escapasse. Apenas dois tiveram êxito, e aproveitaram a intensa movimentação de carros na avenida para con- [illegible] fuga", disse o secretário Sebastião Uchôa.

De acordo ainda com o secretário, fugiram da URP do Olho d'Água Leilson da Silva, de 26 anos, oriundo do Coroado (área do João Paulo), e Leonilson de Sousa Goulart, de 20 anos, cujo endereço é a Vila Embratel. Segundo dados do Tribunal de Justiça do Maranhão, ambos respondem por roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e por dano e receptação dolosa.

O titular da Sejap informou, também, que os dois detentos que fugiram trabalhavam como faxineiros. "Eram considerados de confiança pela direção da unidade prisional. Não são presos periculosos, inclusive o primeiro já aguardava pela liberdade condicional que seria concedida no fim de janeiro de 2014. Acredito que foi puro desespero para passar o Réveillon fora da cadeia", disse Uchôa.

A Polícia Militar informou no local que, para conseguir serrar as grades das celas, os bandidos teriam colocado toalhas de banho sobre as câmeras do circuito interno de segurança do presídio, para que os agentes do sistema de videomonitoramento não percebessem que as grades estavam sendo cortadas. A PM fez buscas nos arredores da URP, mas, por conta da escuridão, não conseguiu localizar os fugitivos.

Túnel - Este foi o segundo plano de fuga executado em unidades prisionais da capital, um deles a segurança conseguiu impedir. No fim da tarde de terça-feira (24), a segurança interna da Sejap descobriu um túnel em uma das celas da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), no bairro Anil. A passagem subterrânea, segundo a secretaria, foi aberta na Cela 6 do Pavilhão Externo, de onde fugiriam mais de 80 presos.

Para Uchôa, a fuga dos dois detentos da URP do Olho

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

d'Água não significa que a vigilância dos presídios está inoperante. "Além da descoberta do túnel, só essa semana tivemos mais três incidentes semelhantes no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que foram interceptados. Portanto, nosso trabalho preventivo tem surtido mais resultados positivos do que negativos", avaliou.

Prorrogação - Sebastião Uchôa disse ainda que foi prorrogada a presença da Força Nacional no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, até o fim de fevereiro. Segundo ele, mais soldados virão reforçar a segurança nas unidades prisionais. Uchôa elogiou o trabalho dos agentes penitenciários e dos terceirizados que conseguiram evitar fugas e rebeliões durante o período natalino em unidades prisionais de São Luís.

"Conseguimos evitar fugas na CCPJ do Anil e no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, além de tentativas de homicídios no feriado de Natal. Apenas dois presos fugiram nesse período. Enfim, saímos vitoriosos num universo de três para um prevalecendo a capacidade técnica dos nossos agentes e terceirizados", ressaltou.

Unidade Prisional de Ressocialização de onde dois presos fugiram

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Plantões

Desde o dia 20, quando teve início o recesso forense das unidades judiciais da capital, todas as urgências estão sendo atendidas em regime de plantão, que atende a casos de comprovada urgência. Na Comarca Ilha de São Luís, além da capital, o plantão atende aos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. O recesso se estende até o dia 20 de janeiro, ficando os prazos processuais suspensos até esta data. Apesar do recesso, o trabalho administrativo continua funcionando normalmente, estando voltado para a organização interna, o que garante a continuidade dos serviços administrativos em todas as unidades.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Cidadão

A presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargadora Cleonice Freire, pediu empenho de juízes auxiliares da presidência, diretores e coordenadores, para melhorar os serviços judiciais e no atendimento.

A magistrada recomendou atuação com foco nas principais metas de sua gestão, como o trabalho preventivo com a infância e juventude.

- O foco principal da nossa gestão é a sociedade. Vamos aproximar a Justiça do cidadão - afirmou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Em 2014, os custos do Judiciário deve ser de R$ 94,4 milhões por dia. É essa a previsão da Lei Orçamentária Anual para o ano que vem.

Por ano, nós brasileiros devemos arcar com R$ 34,4 bilhões para manter toda a linhagem da Justiça, segundo o Contas Abertas.

A maior parte da fatia dos gastos do Judiciário com o pagamento de pessoal e encargos, sendo R$ 26,2 bilhões previstos para 2014.

Já a segunda maior previsão de gastos, R$ 6,9 bilhões, é com material de consumo, passagens e despesas de locomoção, serviços de terceiros, locação de mão de obra, auxílio-alimentação, etc. Os investimentos previstos podem chegar a R$ 1,3 bilhão.

Vestido de noiva agora é bem durável, segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com isso, o Código de Defesa do Consumidor, dá ao proprietário até 90 dias - a partir da entrega - para reclamação sobre defeitos.

Em tempo: se vestido de noiva fosse considerado não durável, o prazo para reclamação seria de 30 dias.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

 # MÃOS À OBRA - A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, em reunião com juízes auxiliares da presidência, diretores e coordenadores, pediu o empenho de todos na melhoria dos serviços judiciários e no atendimento aos jurisdicionados. Ela recomendou a todos a trabalhar em harmonia, de forma engajada, com foco nas principais metas da sua administração, já anunciadas no dia da sua posse, em 20 de dezembro.

 # ATENÇÃO ESPECIAL - A desembargadora Cleonice Freire disse ainda que a informatização e a automação dos serviços receberá a atenção necessária, com vistas à celeridade processual e à implantação do processo judicial eletrônico. Ao final do encontro, a desembargadora reafirmou que realizará reuniões mensais com todos os diretores, para acompanhamento das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados. Ela disse que o servidor também terá um momento próprio para ser ouvido.

 # CORTE PRESENTE - Estavam presentes na reunião os juízes auxiliares da presidência, Nilo Ribeiro e José Ribamar Castro, os diretores Hebert Leite (Geral); Francisco Silva (Administrativo); Gardênia Baluz (Financeira); Denise Batista (judiciária); Celerita Dinorah (Ferj); Arnor Machado (Engenharia); Jorge Oliveira (Informática); Daniel Gedeon (Recursos Humanos); coronel Jeferson Teles (Gabinete Militar) e capitão Alexandre Magno (Segurança Institucional). Participaram ainda do encontro Antonio Carlos de Oliveira (Chefe da Assessoria de Comunicação) Márcia Banhos (Chefe do Cerimonial), Cláudia Rocha (Coordenadora da Folha de Pagamento), e assessores da presidência.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PERFIL

Nova gestão do TJMA tem foco no cidadão

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, em reunião com juízes auxiliares da presidência, diretores e coordenadores, pediu o empenho de todos na melhoria dos serviços judiciários e no atendimento aos jurisdicionados.

Ela recomendou a todos a trabalhar em harmonia, de forma engajada, com foco nas principais metas da sua administração, já anunciadas no dia da sua posse, em 20 de dezembro.

"O foco principal da nossa gestão é a sociedade. Vamos aproximar a Justiça do cidadão, principalmente o que mora nas comunidades mais distantes", afirmou Cleonice Freire, informando que, para atingir esse objetivo, irá trabalhar para aparelhar a apoiar a Justiça do 1º grau, com atenção às comarcas e juizados especiais.

Cleonice Freire recomendou a todos a trabalhar em harmonia

De acordo com a magistrada, a infância e a juventude terão prioridade no biênio 2014/2015. "Vamos realizar um trabalho preventivo com as nossas crianças, a fim de evitar a marginalização e a criminalidade, e, no caso de incidência de algum delito, possibilitar a ressocialização", ressaltou.

A presidente do TJMA disse ainda que a informatização e a automação dos serviços receberá a atenção necessária, com vistas à celeridade processual e à implantação do processo judicial eletrônico.

Ao final do encontro, a desembargadora reafirmou que realizará reuniões mensais com todos os diretores, para acompanhamento das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados. Ela disse que o servidor também terá um momento próprio para ser ouvido.

Estavam presentes na reunião os juízes auxiliares da presidência, Nilo Ribeiro e José Ribamar Castro, os diretores Hebert Leite (Geral); Francisco Silva (Administrativo); Gardênia Baluz (Financeira); Denise Batista (judiciária); Celerita Dinorah (Ferj); Arnor Machado (Engenharia); Jorge Oliveira (Informática); Daniel Gedeon (Recursos Humanos); coronel Jeferson Teles (Gabinete Militar) e capitão Alexandre Magno (Segurança Institucional).

Participaram ainda do encontro Antonio Carlos de Oliveira (Chefe da Assessoria de Comunicação) Márcia Banhos (Chefe do Cerimonial), Cláudia Rocha (Coordenadora da Folha de Pagamento), e assessores da presidência.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O jornalista, editor e empresário no ramo de publicidade Félix Alberto,

tido como certo para ocupar a Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça na gestão de Cleonice Freire, desistiu. Permanece, portanto, na função o jornalista Antônio Carlos, que vem da administração de Guerreiro Júnior.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ano insuficiente

O ano político do Maranhão está acabando com mais frustações do que sucesso. Os municípios, em sua maioria, começaram com prefeitos novos, inclusive São Luís, Caxias, Santa Inês, Balsas, Açailândia, Timon, Paço do Lumiar e Bacabal, só para citar os maiores. Porém, o que causa indignação e frustração no eleitorado é a avalanche de processos por improbidade, que abarrotam a Justiça, contra ex-prefeitos e até alguns contra eleitos em 2012. Uma lástima.

Em São Luís, houve um forte movimento no começo do ano sobre parceria entre a prefeitura e o governo do estado, mas terminou 2013 sem diálogo franco e contratos efetivos em execução. Exceto alguns casos isolados e sem repercussão. Até o sistema de saúde emergencial, que o estado havia assumido temporariamente no fim de 2012, voltou à situação anterior. Hoje, as duas esferas de governo se acusando mutuamente pela situação caótica no segmento dos prontos socorros da capital.

O que não muda é a velha catilinária entre governo e prefeitura. No pano de fundo, surge realça o cenário das eleições de 2014, entre o candidato apoiado pela governadora Roseana Sarney, Luís Fernando Silva, e o "comunista", Flávio Dino, apoiado pelo prefeito Edivaldo Júnior. É o velho discurso de décadas, do "novo contra Sarney", e os Sarney prolongando sua vivência no Palácio dos Leões.

Na Assembleia Legislativa, 2013 foi igualzinho 2012. O embate entre oposição e governo não ultrapassou a fronteira da disputa do governo em 2014. Tentou-se, inutilmente, uma CPI da Agiotagem, mas quem se enredou nesse esquema foram vereadores da capital. Mesmo assim, o rolo com uma gerente do Bradesco terminou o ano pulverizado pelo recesso e nenhuma disposição da Câmara em apurar o que realmente aconteceu. A bola da "bolada" está com a Polícia Civil.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, está passando esses dias de fim de ano intercalando reunião, definindo secretários e auxiliares na estrutura do Judiciário. Chega cedo à corte e sai tarde. E sem recesso.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nova presidente do TJMA anuncia que seu mandato será focado no cidadão

GERAL 5

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUDICIÁRIO

Nova gestão tem foco no cidadão

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, em reunião com juízes auxiliares da presidência, diretores e coordenadores, pediu o empenho de todos na melhoria dos serviços judiciários e no atendimento aos jurisdicionados.

Ela recomendou a todos a trabalhar em harmonia, de forma engajada, com foco nas principais metas da sua administração, já anunciadas no dia da sua posse, em 20 de dezembro.

"O foco principal da nossa gestão é a sociedade. Vamos aproximar a Justiça do cidadão, principalmente o que mora nas comunidades mais distantes", afirmou Cleonice Freire, informando que, para atingir esse objetivo, irá trabalhar para aparelhar a apoiar a Justiça do 1º grau, com atenção às comarcas e juizados especiais.

De acordo com a magistrada, a infância e a juventude terão prioridade no biênio 2014/2015. "Vamos realizar um trabalho preventivo com as nossas crianças, a fim de evitar a marginalização e a criminalidade, e, no caso de incidência de algum delito, possibilitar a ressocialização", ressaltou.

ASCOM/TJMA

Presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, recomendou a todos da equipe trabalhar em harmonia

A presidente do TJMA disse ainda que a informatização e a automação dos serviços receberá a atenção necessária, com vistas à celeridade processual e à implantação do processo judicial eletrônico.

Ao final do encontro, a desembargadora reafirmou que realizará reuniões mensais com todos os diretores, para acompanhamento das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados. Ela disse que o servidor também terá um momento próprio para ser ouvido.

Estavam presentes na reunião os juízes auxiliares da presidência, Nilo Ribeiro e José Ribamar Castro, os diretores Hebert Leite (Geral); Francisco Silva (Administrativo); Gardênia Baluz (Financeira); Denise Batista (judiciária); Celerita Dinorah (Ferj); Arnor Machado (Engenharia); Jorge Oliveira (Informática); Daniel Gedeon (Recursos Humanos); coronel Jeferson Teles (Gabinete Militar) e capitão Alexandre Magno (Segurança Institucional).

Participaram ainda do encontro Antonio Carlos de Oliveira (Chefe da Assessoria de Comunicação) Márcia Banhos (Chefe do Cerimonial), Cláudia Rocha (Coordenadora da Folha de Pagamento), e assessores da presidência.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vereadores pedem CPI para investigar suposto desvio na Saúde em Pinheiro

O vereador Enézio Veloso Ribeiro (PDT) deu entrada, esta semana, em pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o prefeito de Pinheiro, Filuca Mendes, com sete assinaturas, para investigar um suposto desvio de recursos do PSF.

PÁGINA 4 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vereadores pedem CPI para investigar suposto desvio na Saúde em Pinheiro

O vereador Enézio Veloso Ribeiro (PDT) deu entrada, esta semana, em pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o prefeito de Pinheiro, Filuca Mendes, com sete assinaturas, para investigar um suposto desvio de recursos do Programa de Saúde da Família (PSF). O parlamentar protocolou o requerimento com sete assinaturas de parlamentares.

Os vereadores querem investigar onde foram parar R$ 2 milhões e 700 mil do PSF destinado 18 postos de saúde que não funcionaram até o mês de outubro deste ano. Eles têm em mãos estratos e o relatório do segundo quadrimestre de 2013 que mostram que o montante foi todo sacado, enquanto as unidades estavam de portas fechadas para atendimento ao público.

Os postos só abriram as portas, segundo o vereador Enésio Veloso, após uma auditoria. Os parlamentares têm em mãos ainda a relação de médicos contratados para o PSF e identificaram casos de profissionais cadastrados que moram e trabalham no Rio de Janeiro.

Na primeira quinzena de dezembro, o juiz da Primeira Vara da Comarca de Pinheiro, Anderson Sobral de Azevedo, ao julgar duas ações de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Estadual, condenou Filuca Mendes à perda dos direitos políticos por oito anos e ressarcimento aos cofres do município de aproximadamente R$ 700 mil, fruto de supostas irregularidades na prestação de contas de dois convênios firmados com a Secretaria de Educação do Estado para fins de transporte escolar e formação de professores.

Na primeira ação apresentada pela promotora Geraulides Mendonça Castro, o magistrado condenou Filuca por não ter prestado contas do convênio para contratação de transporte escolar, no valor de R$ 240 mil, enquanto o segundo processo decorreu de irregularidades da prestação de contas do convênio para a formação de professores, no valor de R$ 449.767,68. As duas ações o deixaram inelegível para as próximas eleições, mas ele ainda pode recorrer ao Tribunal de Justiça.

Ao se manifestar no primeiro processo, o juiz Anderson Sobral diz: "Julgo procedente os pedidos da Exordial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo nº 269 do Código de Processo Civil para, com fulcro no artigo nº 12, da Lei 8429/92: condenar o requerido a ressarcir integralmente os danos causados no valor de R$ 523,39 mil, suspender os direitos políticos do requerido por cinco anos e proibi-lo de contratar com o poder público ou de receber benefícios e incentivos fiscais pelo período de três anos e pagar multa no valor equivalente a 20 vezes a remuneração percebida no exercício financeiros de 2006 salários".

Já no processo 1669/2011, o prefeito Filuca Mendes foi condenado a devolver à Prefeitura de Pinheiro R$ 253,39, a perda dos direitos políticos, também, por cinco anos, de contratar com o poder público por três anos e pagamento de multa no valor equivalente a 20 vezes a remuneração percebida no exercício financeiro de 2002, mais custas judiciais.

Além dos ressarcimentos e proibições de contratar com a administração pública, essas condenações tornam Filuca inelegível por oito anos (art. 1º, l, da L.c. n°. 64/90 após alterações da L.c. n°. 135/10) a partir do trânsito em julgado e levam à perda do mandato de prefeito (art. 12, II, da Lei n°. 8.429/92).

Filuca e seus advogados, no entanto, recorrem das sentenças.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

6ª Vara Criminal de São Luís tem novo titular

O juiz Luis Carlos Dutra dos Santos foi titularizado na 6ª Vara Criminal de São Luís. O magistrado fez permuta com a juíza Eugênia de Azevedo Neves que agora passa a ser a titular do 10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo.

Luis Carlos Dutra dos Santos entrou em exercício na manhã de segunda-feira (23), perante o diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, o juiz Osmar Gomes dos Santos. Esteve presente também no primeiro dia de exercício do magistrado, a esposa do juiz, Terezinha Maria de Jesus Souza dos Santos.

Segundo Luis Carlos Dutra dos Santos, a área criminal é o seu porto seguro. "Me identifico muito com a área criminal, estou me sentindo em casa, estou tranquilo. Agora aqui é o meu porto seguro", declarou o magistrado.

O novo titular da 6ª Vara Criminal nasceu no município de Anajatuba (MA) em 1961; graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (Ufma), em 1989; possui Pós-Graduação em Direito Constitucional pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), em 2007. Ingressou na magistratura maranhense em 1997.

Atuou nas comarcas de Loreto, Poção de Pedras, Carolina, Pastos Bons, Santa Inês, onde permaneceu até ser promovido para a Comarca de São Luís, em julho de 2010, sendo titularizado no início de dezembro no Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo até 23 de dezembro de 2013, quando assumiu na 6ª Vara Criminal de São Luís.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Roseana deseja erguer 11 presídios com BNDES e sem licitação no MA

- *Governadora pede 15 dias para responder à PGR sobre caos carcerário;*
- *Estado anuncia medidas para resolver crise no sistema prisional*

SITUAÇÃO DAS UNIDADES do Complexo Penitenciário de Pedrinhas é questionada pelo Ministério Público Federal

Com a autoridade desafiada pelas facções criminosas que dominam o maior presídio do Maranhão, o complexo de Pedrinhas, a governadora Roseana Sarney deseja erguer 11 presídios novos a toque de caixa. Quer fazer isso com dinheiro do BNDES - coisa de R$ 53 milhões - e sem licitação. A denúncia foi publicada pelo blog do jornalista Josias de Souza, da Folha. Por sua vez, a governadora Roseana Sarney, após vencido o prazo de três dias concedido pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para que o governo desse explicações sobre o caos que se estabeleceu no sistema prisional do Estado, pediu pelo menos duas semanas para preparar a resposta. Ontem, também, em nota, o governo anunciou medidas para resolver a crise no sistema prisional do estado.

PÁGINA 3 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Roseana deseja erguer 11 presídios com BNDES e sem licitação no MA

Com a autoridade desafiada pelas facções criminosas que dominam o maior presídio do Maranhão, o complexo de Pedrinhas, a governadora Roseana Sarney deseja erguer 11 presídios novos a toque de caixa. Quer fazer isso com dinheiro do BNDES – coisa de R$ 53 milhões – e sem licitação.

Deve-se a atmosfera emergencial à imprevidência do próprio Estado. No Maranhão, emergência tornou-se outro nome para a imprudência. É como se o governo local, desejasse desnudar a incompetência, cometendo-a. A administração de Roseana recebera do Ministério da Justiça R$ 22 milhões para construir três cadeias entre 2011 e 2012.

A aplicação do dinheiro estava condicionada à apresentação de bons projetos. Por razões que a sensatez desconhece, o governo maranhense descumpriu as precondições. A verba voltou às arcas do Tesouro. E o caos do sistema penitenciário aprofundou-se na proporção direta do crescimento do monturo de cadáveres.

Nos últimos 12 meses, foram executados dentro dos cárceres do Maranhão 59 detentos. Numa chacina de outubro passado, produziram-se no complexo de Pedrinhas dez cadáveres e mais de duas dezenas de feridos. Com o cadeião de Pedrinhas sob convulsão, Roseana decretou "situação de emergência" – que lhe permitiria agora dispensar as licitações.

Na semana passada, arrancado de sua inércia por um novo surto de violência no presídio de Pedrinhas (cinco mortos, três decapitados), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu explicações a Roseana por escrito. O prazo para a resposta venceu na terça-feira.

Como não havia expediente na Procuradoria, a data limite foi esticada para esta quinta-feira pós-natalina. Porém, Roseana já mandou dizer que precisa de pelo menos 15 dias para se manifestar. O procurador-geral cogita requerer no STF a intervenção federal no Maranhão.

Há dois meses, em 24 de outubro, Roseana recebeu em sua sala representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Seus interlocutores tinham acabado de visitar o inferno de Pedrinhas. Desfiaram na frente dela o rosário de violações de direitos humanos que haviam testemunhado.

Nesse encontro, Roseana disse que não compactua com as atrocidades. E mencionou a intenção de erigir os 11 presídios novos – dez no interior do estado, um na capital São Luís. Entre os presentes estava o juiz Douglas de Melo Martins. Vinculado ao Tribunal de Justiça do Maranhão, Douglas está cedido ao Conselho Nacional de Justiça. Ele assessora a presidência do órgão, hoje ocupada por Joaquim Barbosa, que também preside o STF.

DIVULGAÇÃO

O PROCURADOR-GERAL da República, Rodrigo Janot, cobra explicações da governadora Roseana sobre crise na Penitenciária

Profundo conhecedor das mazelas carcerárias do Maranhão, o doutor Douglas sustenta que o Complexo Penitenciário de Pedrinhas fugiu ao controle sobretudo porque recebe presos de todo estado. Nessa versão, o crime organizado do interior do Maranhão passou a disputar território dentro da cadeia com as facções criminosas da capital. Daí a elevada quantidade de defuntos.

Contra esse pano de fundo, Roseana acertou ao localizar em cidades do interior maranhense dez dos 11 presídios que pretende erguer. O problema é que ela prometera entregar as cadeias prontas em seis meses. Já lá se vão dois. E não há vestígio de parede levantada. O que o procurador-geral terá de avaliar é se Roseana será capaz de fazer por pressão o que não fez por obrigação.

(Josias de Souza – Folha)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desde o último dia 20, quando teve início o recesso forense das unidades judiciais da capital, todas as urgências estão sendo atendidas em regime de plantão. Na Comarca Ilha de São Luís, da Além da capital, o plantão atende aos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. O recesso se estende até o dia 20 de janeiro, ficando os prazos processuais suspensos até esta data.

◀◀ ◀◀

Apesar do recesso, o trabalho administrativo continua funcionando normalmente, estando voltados para a organização interna, o que garante a continuidade dos serviços administrativos em todas as unidades.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Plantão Judiciário atende urgências durante recesso forense

Desde o último dia 20, quando teve início o recesso forense das unidades judiciais da capital, todas as urgências estão sendo atendidas em regime de plantão. Na Comarca Ilha de São Luís, da Além da capital, o plantão atende aos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. O recesso se estende até o dia 20 de janeiro, ficando os prazos processuais suspensos até esta data.

Apesar do recesso, o trabalho administrativo continua funcionando normalmente, estando voltados para a organização interna, o que garante a continuidade dos serviços administrativos em todas as unidades.

A exemplo da Comarca da Ilha de São Luís, nas comarcas do interior o atendimento também é feito em regime de plantão, para os casos considerados urgentes.

O recesso forense na Justiça de 1º Grau na capital e nas comarcas do interior atende ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Funcionando no Fórum Desembargador Sarney Costa (Avenida Carlos Cunha, s/n.°, Calhau), o plantão da Justiça dispõe de telefones celulares que permanecem com os juízes e secretários de plantão. O plantão conta ainda com o trabalho de oficiais de Justiça.

Para a área criminal os telefones são: (98) 8818-7951 (juiz) e 88027484 (secretário). Para a área cível, incluídas aí as ações de Juizados Especiais, os interessados podem ligar para os seguintes telefones: (98) 8811-3726 (juiz) e 8811-2153 (secretário). Os juízes auxiliares da capital Antonio Fernando dos Santos Machado e Lúcio Antonio Machado Vale respondem, respectivamente, pelos plantões criminal e cível até o dia 1º de janeiro.

Os plantões atendem a casos de comprovada urgência, conforme determina a Resolução nº 71/2009 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça. Serviços essenciais ao jurisdicionado, como Ouvidoria e Telejudiciário (0800-7071581), funcionam normalmente. O mesmo acontece com a unidade móvel do Juizado de Trânsito, cujos telefones são (98) 8815-8346 e 8878-3003.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

POSSE NO TRIBUNAL

O registro foi durante a posse da desembargadora Nelma Sarney no cargo de corregedora geral do Tribunal de Justiça do Estado ocorrido na semana passada realizada no auditório do Fórum do Calhau. Nessa mesma ocasião foram empossadas no TJ-MA, as desembargadoras Cleonice Freire na presidência e Anildes Cruz, na vice-presidência.

O colunista Tenório Pinheiro parabenizando a desembargadora Nelma Sarney após a posse de tão grandioso cargo no Tribunal de Justiça do Maranhão

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nova gestão do TJ-MA tem foco no cidadão

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire, em reunião com juízes auxiliares da presidência, diretores e coordenadores, pediu o empenho de todos na melhoria dos serviços judiciários e no atendimento aos jurisdicionados.

Ela recomendou a todos trabalhar em harmonia, de forma engajada, com foco nas principais metas da sua administração, já anunciadas no dia da sua posse, em 20 de dezembro.

"O foco principal da nossa gestão é a sociedade. Vamos aproximar a Justiça do cidadão, principalmente o que mora nas comunidades mais distantes", afirmou Cleonice Freire, informando que, para atingir esse objetivo, irá trabalhar para aparelhar a apoiar a Justiça do 1º grau, com atenção às comarcas e juizados especiais.

De acordo com a magistrada, a infância e a juventude terão prioridade no biênio 2014/2015. "Vamos realizar um trabalho preventivo com as nossas crianças, a fim de evitar a marginalização e a criminalidade, e, no caso de incidência de algum delito, possibilitar a ressocialização", ressaltou.

DIVULGAÇÃO

EM REUNIÃO, Cleonice Freire recomendou a todos trabalhar em harmonia

A presidente do TJ-MA disse ainda que a informatização e a automação dos serviços receberá a atenção necessária, com vistas à celeridade processual e à implantação do processo judicial eletrônico.

Ao final do encontro, a desembargadora reafirmou que realizará reuniões mensais com todos os diretores, para acompanhamento das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados. Ela disse que o servidor também terá um momento próprio para ser ouvido.

Estavam presentes na reunião os juízes auxiliares da presidência, Nilo Ribeiro e José Ribamar Castro, os diretores Hebert Leite (Geral); Francisco Silva (Administrativo); Gardênia Baluz (Financeira); Denise Batista (judiciária); Celerita Dinorah (Ferj); Arnor Machado (Engenharia); Jorge Oliveira (Informática); Daniel Gedeon (Recursos Humanos); coronel Jeferson Teles (Gabinete Militar) e capitão Alexandre Magno (Segurança Institucional).

Participaram ainda do encontro Antonio Carlos de Oliveira (Chefe da Assessoria de Comunicação) Márcia Banhos (Chefe do Cerimonial), Cláudia Rocha (Coordenadora da Folha de Pagamento), e assessores da presidência.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DA 7ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
Rua Professor Carlos Cunha, S/N – Calhau
CEP.: 65.020-440 São Luís – MA
98-3194 5489/983194 5488

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

NUMERO DO PROCESSO: 39.116/2011
CLASSE: MONITÓRIA
REQUERENTE(S): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
REQUERIDA(S): L J REGO SOUSA E OUTRO

O DOUTOR HÉLIO DE ARAÚJO CARVALHO FILHO, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA SÉTIMA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **L J REGO SOUSA**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, **para que no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o despacho de fls. 23, de acordo com artigo 231 do CPC, tudo de acordo com o despacho de fls. 37.** E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho.

OBSERVAÇÃO: prazo inicia-se após o TRANSCURSO DOS QUINZE DIAS FIXADOS A PARTIR DA 1ª PUBLICAÇÃO.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte requerida, como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente, por força do art. 319 do CPC.

O que se **CUMPRA** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, ao 16 de agosto de 2013. Eu,_____, Secretário (a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Dr. Hélio de Araújo Carvalho Filho
Juiz de Direito da 7ª Vara Cível.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DA 7ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
Rua Professor Carlos Cunha, S/N – Calhau
CEP.: 65.020-440 São Luís – MA
98-3194 5489/983194 5488

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

NUMERO DO PROCESSO: 39.116/2011
CLASSE: MONITÓRIA
REQUERENTE(S): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
REQUERIDA(S): LAURO JORGE REGO SOUSA E OUTRO

O DOUTOR HÉLIO DE ARAÚJO CARVALHO FILHO, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA SÉTIMA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **LAURO JORGE REGO SOUSA**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, **para que no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o despacho de fls. 23, de acordo com artigo 231 do CPC, tudo de acordo com o despacho de fls. 37.** E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho.

OBSERVAÇÃO: prazo inicia-se após o TRANSCURSO DOS QUINZE DIAS FIXADOS A PARTIR DA 1º PUBLICAÇÃO.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte requerida, como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente, por força do art. 319 do CPC.

O que se **CUMPRA** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, ao 16 de agosto de 2013. Eu, _____, Secretário (a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Dr. Hélio de Araújo Carvalho Filho
Juiz de Direito da 7ª Vara Cível.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação